

# Os devedores devem ser mais agressivos, diz o filho de Galbraith

por Vera Saavedra Durão  
do Rio

Apesar dos insucessos recentes do Brasil em sua negociação da dívida externa junto a seus credores, o economista americano James K. Galbraith defendeu ontem — durante seminário promovido pela Escola de Pós-Graduação de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio — um entendimento espontâneo entre devedores e bancos credores, com o apoio dos Estados Unidos, tendo possibilidades de sucesso.

Na visão de Galbraith, os devedores devem ser mais agressivos e tomar a iniciativa do entendimento com os bancos, hoje em situação de solvência privilegiada, conforme destacou. "Mesmo se os seis maiores devedores deixarem de pagar a dívida, os bancos credores não quebram agora", afirmou o economista. Em sua análise, ele defende que é este o momento de negociar, pois é favorável aos devedores, na medida em que os Estados Unidos estão optando por um cenário econômico que depende do aumento de suas exportações para os países em desenvolvimento.

Nesse contexto, o governo Bush estaria interessado em ajudar a promover o crescimento das economias periféricas via acordo da dívida externa, principalmente dos países da América Latina. Essa estratégia visa evitar a curto prazo uma recessão nos EUA, na medida em que a inflação americana é crescente.

Conter a inflação via recessão é o que Galbraith denominou de "opção dura", já descartada pela equipe de Bush, pois causaria um sucateamento da indústria americana. A alternativa imediata dos EUA seria uma opção "light", de tolerar uma inflação de 6% ao ano, com política de redução lenta do déficit fiscal americano, redução do dólar e das taxas de juro, com crescimento sustentado do Produto Interno Bruto (PIB) via exportações. Em 1988, 40% do crescimento do PIB americano

ocorreu em razão das exportações.

"Talvez tenhamos de depender das exportações para países em desenvolvimento, daí o interesse do governo Bush em avançar além das estratégias anteriores para solucionar a questão da dívida externa", disse o economista americano, filho de John Kenneth Galbraith. No seu enfoque, os EUA têm muito a ganhar e pouco a perder com a liquidação definitiva da dívida do Terceiro Mundo. Por tal razão, acha viável um acerto espontâneo das partes, com ajuda dos EUA, não de forma frontal, mas indireta. "O Federal Reserve Board (Fed, o banco central norte-americano) vem se preparando para manter a solvência do sistema bancário dos EUA", assinalou.

Para Galbraith, o Plano Brady de redução da dívida, por exemplo, já é um avanço em relação ao Plano Baker, que não reverteu a transferência dos recursos dos países pobres para os ricos. "O Plano Baker ganhou tempo para os bancos credores equilibrarem sua situação financeira há dois anos. Hoje, o setor financeiro dos EUA não está sob risco, pois a recuperação da economia local melhorou a situação dos bancos locais.

Para Galbraith, "abriu-se uma janela com a nova política econômica dos EUA para a negociação da dívida externa". Ele aponta três tipos de negociação possíveis: a voluntária, da qual discorda, pois não acha que banqueiros e devedores cheguem a uma solução de consenso. A segunda é uma solução administrada, mais política, com a compra dos bônus da dívida pelo Japão e pelos Estados Unidos, que considera inviável. Mas, defendeu a negociação espontânea, com os devedores agressivamente tomando a iniciativa de sentar-se à mesa e impondo aos bancos queda dos juros e adiamento para o futuro das negociações do principal. Ele rechaça qualquer solução tipo moratória. "Moratória, só em casos extremos, mas sem ideologias", afiançou.